

323 Relatório arrasa Alves, Anão fica “estarrecido”

Raimundo Paccó

O relatório da CPI é demolidor com relação ao principal acusado no escândalo da manipulação das verbas do Orçamento, o deputado João Alves (sem partido-BA), que é acusado de ser o responsável pela organização do esquema de corrupção. Segundo comprovou a Comissão, ele, auxiliado pelo assessor José Carlos Alves dos Santos, atuava em todos os níveis: controlava, dentro do Congresso, a elaboração e a apresentação das emendas — suas e de outros deputados —, tanto as de interesse das empreiteiras como as de subvenções sociais; intermediava, no poder Executivo, a liberação das verbas e centralizava a distribuição das propinas entre os integrantes do esquema. A João Alves são imputados nove crimes, pelos quais é pedido o seu enquadramento na Lei nº 8.248: cassação do mandato, suspensão dos direitos políticos, devolução do dinheiro desviado dos cofres públicos, multa e proibição de realizar negócios ou receber benefícios do poder público por 10 anos.

Os integrantes da CPI chegaram a essas conclusões depois de analisar a evolução patrimonial do deputado, rastear suas contas bancárias e confrontar os documentos que evidenciam a manipulação das emendas, a influência de Alves no Executivo e o seu relacionamento com as empreiteiras.

Em nota oficial o deputado João Alves se disse ontem “estarrecido” e declarou ou não conhecer a “falsa prova produzida pela CPI. Apesar de insistentes solicitações, não obtive, da CPI, cópias de cheques e documentos apresentados contra mim”, revelou.

Entre 1988 e 1993, a movimentação bancária do deputado João Alves ultrapassou a soma dos US\$ 50 milhões, numa média mensal de US\$ 865,026 mil, cerca de 300 vezes o seu salário como deputado federal. Para legitimar esses ingressos, o principal recurso utilizado foram as apostas em casas lotéricas. Somente no ano passado, a Caixa Econômica Federal informou que Alves recebeu 53 premiações, num total de US\$ 1.304 milhão. Entre 1988 e 1993, o deputado apostou US\$ 10,037 milhões em loterias enquanto que, no mesmo pe-



João Alves, chefe dos anões: relatório antecipa cassação

ríodo, recebeu, como deputado, US\$ 457 mil. Nesse intervalo, João Alves venceu 59 concursos da Lotofácil, 85 da Sena e 77 da Loteca do Certo e do Errado. Em diversas ocasiões, as apostas dele chegaram a representar 40% do total nacional e 90% do que era arrecadado em Brasília.

João Alves tentou, ainda, encobrir sua variação patrimonial. Ele deixou de declarar, ao Fisco, a compra de diversos imóveis — dois apartamentos e três lotes — e a propriedade de um avião Lear Jet 55 e de uma rádio em Vitória da Conquista (BA), registrados em nome de seus filhos.

Na análise dos documentos apreendidos na construtora Servaz, o nome do deputado apareceu vinculado a cinco obras junto com uma relação de pagamentos efetuados a ele num valor total de US\$ 1.291 milhão, entre os anos de 90 e 92. Nos documentos apreendidos na ca-

sa de José Carlos Alves dos Santos, o nome do deputado aparece ligado a 26 obras relacionadas à construtora OAS e a outras de interesse da Odebrecht, que também estavam na documentação encontrada na casa de Ailton Reis, diretor da construtora em Brasília, ao lado de percentuais de possíveis comissões pagas a João Alves.

Através de um ofício assinado pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), na época (1990), presidente da Comissão do Orçamento, Alves se apresentava no Ministério da Ação Social — atual Bem-Estar Social —, como representante do Congresso para gestionar a liberação das subvenções sociais, previamente incluídas no orçamento. A CPI suspeita que havia a conivência do então ministro João Alves Filho — atual governador de Sergipe — e da secretária de Programação Financeira, Célia Abdala Costa.